

Fernanda Santos Santiago<sup>1</sup>  
Paulo Marcos de Assis Barros<sup>2</sup>

---

## POVOS INDÍGENAS E PANDEMIA DE COVID-19. UMA ENTREVISTA COM O PROFESSOR JOSÉ AUGUSTO LARANJEIRAS SAMPAIO

INDIGENOUS PEOPLES AND THE COVID-19 PANDEMIC IN BRAZIL: AN INTERVIEW  
WITH PROFESSOR JOSÉ AUGUSTO LARANJEIRAS

### INTRODUÇÃO

Com a pandemia causada pelo novo coronavírus no Brasil (e no mundo), muito vem sendo dito sobre o crescente número de contaminação, mortes e consequências negativas que vêm deixando o país imerso à crise sanitária e humanitária. Considerando a atuação governamental (ou a falta dela) com relação aos povos indígenas, que possui no momento da escrita desta entrevista, 1012 mortos e 163 povos infectados pela Covid-19<sup>3</sup> a situação é ainda mais complicada e esses números ficam obsoletos a cada hora passada. Inseridos na invisibilidade e por sofrerem incontáveis atos que violam seus direitos, acreditamos que todos os esforços são necessários não só para ajudar a ampliar a divulgação dessa situação, mas também para “gritar” por socorro a quem puder ouvir e ajudar. Nesse sentido, para tratar sobre esse assunto, convidamos o antropólogo José Augusto Laranjeiras Sampaio (conhecido como Guga), por relevante contribuição na luta e defesa dos povos indígenas, também pela atuação como professor no Departamento de Educação do Campus I da Uneb (Universidade do Estado da Bahia) desde 1988; pesquisador associado ao Pineb (Programa de Pesquisa Povos Indí-

---

1 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (PPGA/UFBA). E-mail: xx@xx.

2 Graduado em Ciências Sociais pela Uneb. E-mail: xx@xx.

3 Dados publicados na plataforma de monitoramento da situação indígena na pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil. Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/>. Acesso em: 16 mar. 21.

genas no Nordeste do Brasil); sócio-fundador e dirigente da Anai (Associação Nacional de Ação Indigenista). Assim, segue a entrevista.

[Paulo Marcos Barros] Como pensar as especificidades da dinâmica cultural dos povos indígenas (como concepções próprias de saúde, doença e processos terapêuticos) com as orientações das autoridades sanitárias globais?

*[José Sampaio (Guga)] Pensamos que, em princípio, as especificidades das dinâmicas culturais dos povos indígenas não implicam em nenhuma dificuldade maior ou incompatibilidade com as orientações das autoridades sanitárias globais. Medidas como uso de máscaras e adoção de práticas e materiais de higiene como o álcool em gel não são incompatíveis nem contraditórias com concepções indígenas de saúde e doença nem com os seus processos terapêuticos. Há muito que os povos indígenas já incorporaram recomendações e práticas da chamada “medicina ocidental” e, de modo geral, essas atuam e são adotadas de maneira complementar e não concorrente com práticas e concepções ditas “tradicionais”. Não temos notícia de nenhuma situação, por exemplo, de resistência de povos indígenas em adotar orientações das autoridades sanitárias globais. Não há nada parecido, por exemplo, com o “negacionismo” flagrantemente presente em outras “dinâmicas culturais” e políticas mais próximas. As dificuldades dos povos indígenas em adotar mais plenamente as orientações das autoridades sanitárias globais são de outra ordem, haja visto que, por negligência, incompetência ou mesmo preconceito de “autoridades”, equipamentos de proteção individual (EPI) e materiais de higiene que as comunidades indígenas não produzem tardam a chegar ou mesmo não chegam às populações indígenas, o que as tem tornado mais vulneráveis à contaminação. Outra ordem de dificuldades decorre do fato de que, em comunidades rurais ou “de floresta”, os padrões de residência e mesmo das sociabilidades comunitárias, baseados, por exemplo, em moradias mais coletivas e na realização de certas atividades que seriam tidas para nós como “domésticas” – como cozinhar ou tomar banho – em ambiente aberto e ou coletivo, não correspondem nem se adaptam facilmente ao modelo de “isolamento domiciliar” recomendado pelas “autoridades sanitárias globais”, muito a partir dos padrões residenciais e societários de populações urbanas das classes média e alta. Mas essas dificuldades seriam facilmente minimizadas ou mesmo contornadas se houvesse de fato o adequado acesso aos equipamentos de proteção e higiene, conforme dito.*

[Fernanda Santiago] O distanciamento social, como medida de prevenção ao coronavírus, acelerou e/ou intensificou a digitalização das relações sociais, generalizando uma nova sociabilidade contemporânea. Pensando, especificamente, nos grupos indígenas que ainda vivem em contextos rurais e de floresta, notadamente locais com maior dificuldade de acesso à internet e equi-

pamentos tecnológicos, quais seriam os impactos dessa nova sociabilidade nas culturas indígenas?

[J. S.] O impacto inicial é por vezes negativo, já que essa maior dificuldade de acesso à internet e equipamentos tecnológicos pode aguçar o isolamento de muitos grupos indígenas, dificultando o seu acesso a essa “nova sociabilidade contemporânea” e produzindo assimetrias entre esses grupos e outros com maior facilidade de acesso a conexões e equipamentos. Com efeito, a digitalização das relações sociais tem sido muito inteligente e proveitosamente acionada por muitos grupos indígenas, em especial por seus segmentos mais jovens, como ferramenta para reduzir desigualdades no seu acesso e na sua produção de informações, com consequências positivas, por exemplo, em suas demandas por direitos e no seu acesso à informação. Pensamos, porém, de modo otimista, que o distanciamento social, que acelerou e intensificou a digitalização das relações sociais, já tem também acelerado e intensificado as demandas indígenas por maior e melhor acesso à internet e a equipamentos adequados. Se essas demandas puderem de fato vir a ser atendidas, e quanto mais cedo melhor, isso terminará por reduzir essas desigualdades e assimetrias. É o que esperamos. Quanto aos efeitos de impactos dessa nova sociabilidade nas culturas indígenas, pensamos que eles dependem muito de como esses impactos possam produzir ou reduzir desigualdades em relação à sociedade inclusiva ou “dominante”. É evidente que eles tendem a induzir transformações culturais importantes, como, por exemplo, nas relações entre as gerações, na distribuição interna de poder e nas relações de poder com o “mundo externo”; ou mesmo em padrões cosmológicos, de consumo e de lazer. Mas os efeitos disso devem ser avaliados basicamente em relação com a medida em que tais impactos possam, conforme dito, aprofundar ou reduzir desigualdades intersocietárias. Nada faz crer que as sociedades indígenas não possam absorver ou mesmo administrar competentemente essas transformações culturais; e tanto mais se elas puderem de fato estar associadas à produção de relações menos desiguais com a sociedade dominante.

[P.M.B] Embora não seja recente, a educação a distância ganhou espaço privilegiado por conta do distanciamento social. A educação indígena, e pensando também na formação de professores, poderia se beneficiar estrategicamente da educação por intermediação tecnológica ou seria mais um elemento desagregador?

[J. S. (Guga)] Sim, a educação indígena poderá se beneficiar estrategicamente da educação por mediação tecnológica, desde que ela possa contar com os requisitos indispensáveis para isso, como os já mencionados recursos de conexão e equipamentos adequados. Infelizmente, neste primeiro ano de pandemia, os efeitos da “educação à distância”, adotada quase sempre em caráter emergencial e de modo improvisado, têm sido negativos para a maioria

*dos/as estudantes indígenas. As escolas indígenas de educação básica são escolas públicas mantidas pelo estado e em alguns casos por municípios. Com a pandemia e as dificuldades de conexão, inclusive para a produção de materiais pelos professores, essas escolas, na maioria dos casos, praticamente paralisaram totalmente suas atividades, ampliando a situação de exclusão dos estudantes indígenas, mesmo em relação a outros estudantes de escolas públicas, como os que estão em situação urbana, por exemplo. Também para os/as estudantes universitários/as indígenas, as dificuldades, que já eram grandes, aumentaram. Como, para frequentar universidades, eles passam a residir nas cidades em que essas estão situadas, em condições quase sempre inadequadas e onerosas, já que praticamente não há residências universitárias indígenas, a pandemia e a ausência de aulas presenciais os levaram de volta para as suas comunidades e aldeias, onde as já mencionadas dificuldades de acesso tecnológico não lhes permite acompanhar aulas remotas. Muitos estudantes indígenas têm trancado suas matrículas. Entretanto, a médio prazo, devidamente providas as condições tecnológicas mínimas, a educação à distância poderá, sim, vir a ser utilizada proveitosamente para a educação indígena, inclusive para a formação de professores; mas lembrando sempre que, ao contrário do que muitos gestores tendem a pensar, a educação à distância de qualidade não é necessariamente mais “barata” que a educação presencial; e de nada serve a mera mediação tecnológica se outros requisitos básicos de qualidade também não forem devidamente atendidos.*

[F.S] Qual a dimensão da vida nas sociedades indígenas foi mais impactada pela pandemia de Covid-19?

*[J. S. (Guga)] A dimensão da saúde, evidentemente! Infelizmente, tanto situações de maior isolamento quanto situações de maior proximidade a contextos urbanos, por exemplo, associadas ao já mencionado contexto de negligência, incompetência e, acima de tudo, preconceito, agiram perversamente no sentido de potencializar os efeitos negativos da pandemia sobre sociedades indígenas. Nas situações de maior isolamento, pesaram muito negativamente as dificuldades de acesso aos recursos de proteção e mesmo de assistência, inclusive materiais e pessoal qualificado em quantidades suficientes. Já nas situações de maior proximidade urbana, inclusive com grandes cidades e rodovias, pesaram também as dificuldades de manter o adequado distanciamento, principalmente diante da circulação de pessoas estranhas às comunidades. Vale lembrar, nesse sentido, que boa parte das terras indígenas no Brasil não estão devidamente regularizadas e que mesmo as regularizadas se encontram muitas vezes invadidas por toda sorte de gente e de empreendimentos ilegais, como garimpeiros, madeireiros, latifundiários e mesmo por empreendimentos turísticos, como é comum aqui na Bahia. Na Bahia, os territórios e comunidades indígenas mais atingidos são justamente os que estão próximos a grandes cidades e rodovias, e os sem terras devidamente regularizadas, como os Tupinambá em Ilhéus e os Pa-*

*taxó em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Nesse exato momento, já em dezembro de 2020, um grande surto atinge os Tuxá em Ibotirama, junto à rodovia BR-242.*

[P.M.B] Seja pela atuação do Estado brasileiro ou pelos efeitos da pandemia, qual balanço poderia ser feito em relação aos direitos dos povos indígenas?

*[J. S.] A pandemia aprofundou e tornou ainda mais evidentes os efeitos perversos sobre as sociedades indígenas do processo de desmonte dos seus direitos que vem sendo sistematicamente promovido pelo governo federal. Sem entrar em maiores detalhes fatuais ou normativos, é preciso que se perceba e que se entenda que os povos indígenas, seus territórios, seja pelos recursos estratégicos que controlam, inclusive de biodiversidade, seja pelas próprias características dos seus modos de vida, representam contrapontos fundamentais, e mesmo entraves diretos, à consolidação e à expansão do modelo econômico capitalista predatório, concentrador, excludente e dependente. A extrema direita no poder, que é perversa, mas – ao contrário do que muitos pensam – não é ignorante, sabe bem que atacar os povos indígenas, seus territórios e seus direitos constitucionais é medida estratégica e imprescindível à consecução dos seus propósitos. Inversamente, as forças políticas que tentam se contrapor, também deveriam perceber a centralidade dos povos indígenas e da necessidade de proteção dos seus territórios e dos seus direitos como eixo estratégico na discussão e na produção de “outros mundos possíveis”; de modelos alternativos de país, de sociedade e de gestão do planeta. Direitos indígenas não importam apenas para povos indígenas; são imprescindíveis à produção de uma sociedade e de uma economia nacionais mais justas, mais igualitárias, mais diversas e sustentáveis.*

[F.S] Pensando a partir dos ataques realizados pelo governo brasileiro às ciências sociais e em especial à antropologia, como você avalia o fazer antropológico nos dias atuais?

*[J. S.] Historicamente, o fazer antropológico tendeu a emergir intelectualmente fortalecido de situações de crise e conflito. Foi assim no que diz respeito à Antropologia europeia e norte-americana que se seguiu à Primeira Grande Guerra e mesmo à crise de 1929; e de modo ainda mais evidente no que diz respeito à que se seguiu à Segunda Grande Guerra e à superação, à época, de algumas das expressões mais acabadas do nazifascismo. No Brasil, as décadas de 1970 e 1980, que corresponderam ao auge da ditadura e ao início da sua superação, foram também muito produtivas e renovadoras para o fazer antropológico no país. Nos últimos anos, as Ciências Sociais e em especial a Antropologia têm sido de fato muito atacadas pelo governo brasileiro e principalmente por setores políticos e econômicos poderosos que lhe dão sustentação, como o latifúndio, o agronegócio e a mineração, tendo sido inclusive*

*foco de uma CPI no Congresso Nacional que pretendeu investigar ações do Incra e da Funai na proteção de territórios indígenas e de outras comunidades tradicionais. Isso mostra a importância dessas Ciências em seu papel de indutoras da promoção de direitos sociais importantes e de questionamento a estruturas e rotinas perversas de exercício dos poderes político e econômico. Nada além, pois, do que se deva esperar delas em seu trabalho de produção de conhecimentos e de exercício de responsabilidades sociais. Nesse contexto de ataques, o fazer antropológico se torna evidentemente mais difícil, principalmente em alguns aspectos práticos como os de financiamento e mesmo de acesso a certos contextos de pesquisa, mas se torna também mais desafiador, mais instigante e mais necessário! É de se esperar que ele venha a sair desses embates com sua musculatura intelectual fortalecida, mais uma vez e também desta vez.*